

A Perspectiva Libertária do Desenvolvimento e sua Relação com o Turismo em Capivari/Serro (MG)

The Libertarian Perspective of Development and its Relation to Tourism in Capivari/Serro (MG)

La Perspectiva Libertaria del Desarrollo y su Relación con el Turismo en Capivari/Serro (MG)

Maria Flavia Pires Barbosa* e Bernardo Machado Gontijo**

RESUMO

Turismo e Desenvolvimento são temas bastante complexos, e a relação entre ambos tem recebido pouca atenção dos estudiosos dessas áreas. A ênfase na dimensão econômica tem dominado os discursos da iniciativa privada, assim como do poder público, quando se trata de projetos turísticos. Nesse sentido, busca-se neste trabalho refletir sobre a relação entre ambos os temas, sobretudo a partir do entendimento do modo como a atividade turística vem sendo realizada em Capivari, no município do Serro (MG). Para tanto, tomou-se como base a contribuição de Amartya Sen, cuja obra traz reflexões acerca do desenvolvimento, atribuindo ao termo uma dimensão humana, a qual se acredita ser indispensável a esse processo. Contudo, as análises realizadas sobre o povoado de Capivari, com base nas liberdades instrumentais propostas pelo autor, revelaram que o tão esperado desenvolvimento, promovido por uma atividade turística que levasse em conta a participação da comunidade, ainda está no nível da expectativa, assim como a tão esperada autonomia advinda desse processo. Diante disso, uma das tarefas urgentes consiste em revisar o modelo de intervenção e gestão na comunidade e estimular a criação de mecanismos que sejam, ao mesmo tempo, emancipatórios e viáveis e, por isso, ofereçam um conteúdo específico às propostas de turismo numa direção contra-hegemônica.

Palavras-chave: Turismo e desenvolvimento. Liberdade instrumental. Autonomia. Capivari.

* Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Geografia pela mesma universidade. E-mail: pires_flavia@yahoo.com.br

** Biólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), geógrafo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG. E-mail: gontijobm@yahoo.com.br

Artigo recebido em agosto/2012 e aceito para publicação em outubro/2012.

ABSTRACT

Tourism and Development are very complex subjects and the relation between them has not received much attention by academics from these fields. The emphasis on the economic dimension has dominated the private sector discourse, as well that of the public authorities when it comes to tourism projects. In this context, we seek to discuss the correlation between these subjects, especially by understanding how tourism activities are being developed in Capivari, in the municipality of Serro, MG, Brazil. Towards that, Amartya Sen's thoughts were used as a basis. His work, "Development as Freedom", brings reflections concerning development, attributing a human dimension to the term, which we believe to be indispensable within this process. The analysis accomplished here, based on the instrumental liberties proposed by the author, revealed that the much expected development, to be promoted by a tourism activity taking communitarian participation into account, has not yet surpassed the level of expectancy. The same can be said about the much expected autonomy that should result from this process. In view of this, it is necessary to review the intervention and management model in order to create emancipating and viable mechanisms and, therefore, offer a specific content to the tourism propositions in a counter-hegemonic direction.

Keywords: Tourism and development. Instrumental liberties. Autonomy. Capivari.

RESUMEN

Turismo y desarrollo son temas complejos y su relación ha tenido poca atención de los estudiosos en esas áreas. El énfasis en la dimensión económica ha dominado el discurso del sector privado, así como del público, cuando se trata de proyectos de turismo. En consecuencia, se pretende reflejar sobre la relación entre esos temas, sobre todo a partir de la comprensión de cómo el turismo se está realizando en Capivari, en la ciudad de Serro (MG). Para ello, tomamos como base la contribución de Amartya Sen, cuya obra trae reflexiones sobre el desarrollo, atribuyendo una dimensión humana a la expresión, la cual se cree que es esencial para este proceso. Sin embargo, los análisis llevados a cabo en la ciudad de Capivari, basados en las libertades instrumentales propuestas por el autor, revelaron que el desarrollo tan esperado, impulsado por una actividad turística que lleva en cuenta la participación de la comunidad, se encuentra todavía en el nivel de las expectativas, así como la autonomía que se espera que surja de este proceso. Por lo tanto, una de las tareas urgentes es la revisión del modelo de intervención y gestión en la comunidad y el estímulo a la creación de mecanismos que sean, al mismo tiempo, emancipadores y factibles y que, por lo tanto, proporcionen un contenido específico para el turismo en un sentido contrario al de la hegemonía.

Palabras clave: Turismo y desarrollo. Libertades instrumentales. Autonomía. Capivari.

INTRODUÇÃO

O Vale do Jequitinhonha, situado na porção nordeste de Minas Gerais (figuras 1 e 2), atualmente é considerado uma das regiões mais pobres do estado. A gênese do processo de formação dessa região ocorreu a partir da exploração do ouro de aluvião, ainda no século XVII, consolidando-se no século XVIII com a exploração do diamante, principalmente na região do Alto Jequitinhonha. Com o enfraquecimento da mineração, a agropecuária se desenvolveu. Ambas são consideradas como as principais atividades responsáveis pelas mudanças reestruturantes às quais o Vale se submeteu ao longo do tempo.

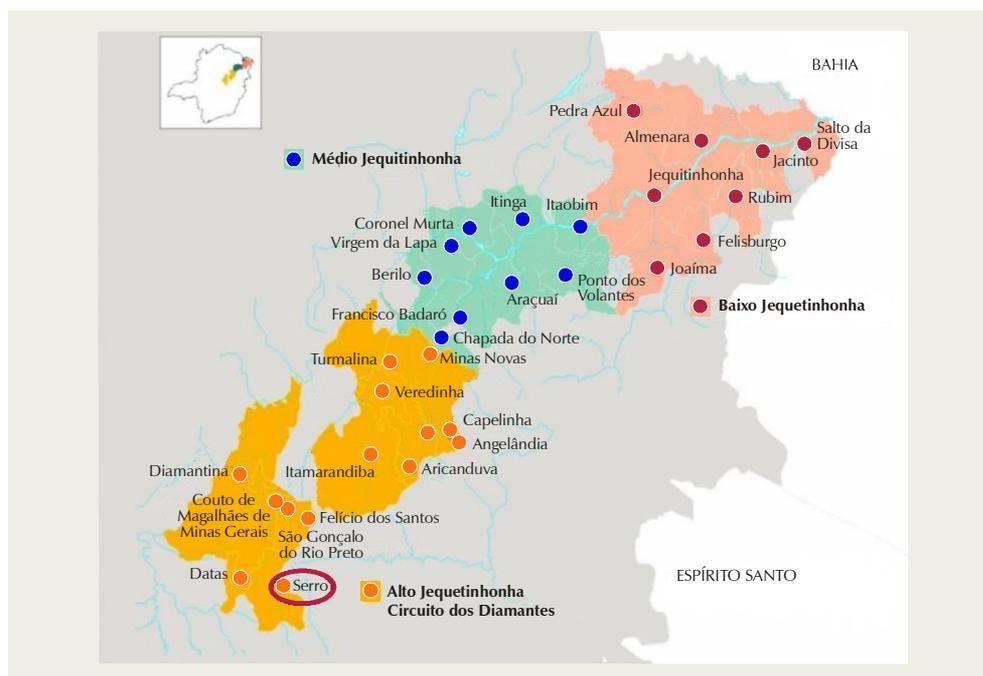
Mais recentemente, toda a região tem sido alvo de inúmeras pesquisas, projetos e programas por parte de universidades, iniciativa privada e governo. Diversas alternativas têm sido sugeridas como forma de melhorar as condições de vida da população que vive na região, e o turismo tem sido apontado como uma delas. Por um lado, os governos enxergam na atividade turística uma forma de alavancar a economia local, gerando emprego e renda para a população. Por outro, a iniciativa privada vem atuando na tentativa de garantir sua parte na busca pelos benefícios, sobretudo econômicos, advindos dessa atividade.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



FONTE: <<http://www.vimaqprensas.com.br>>

FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO SERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

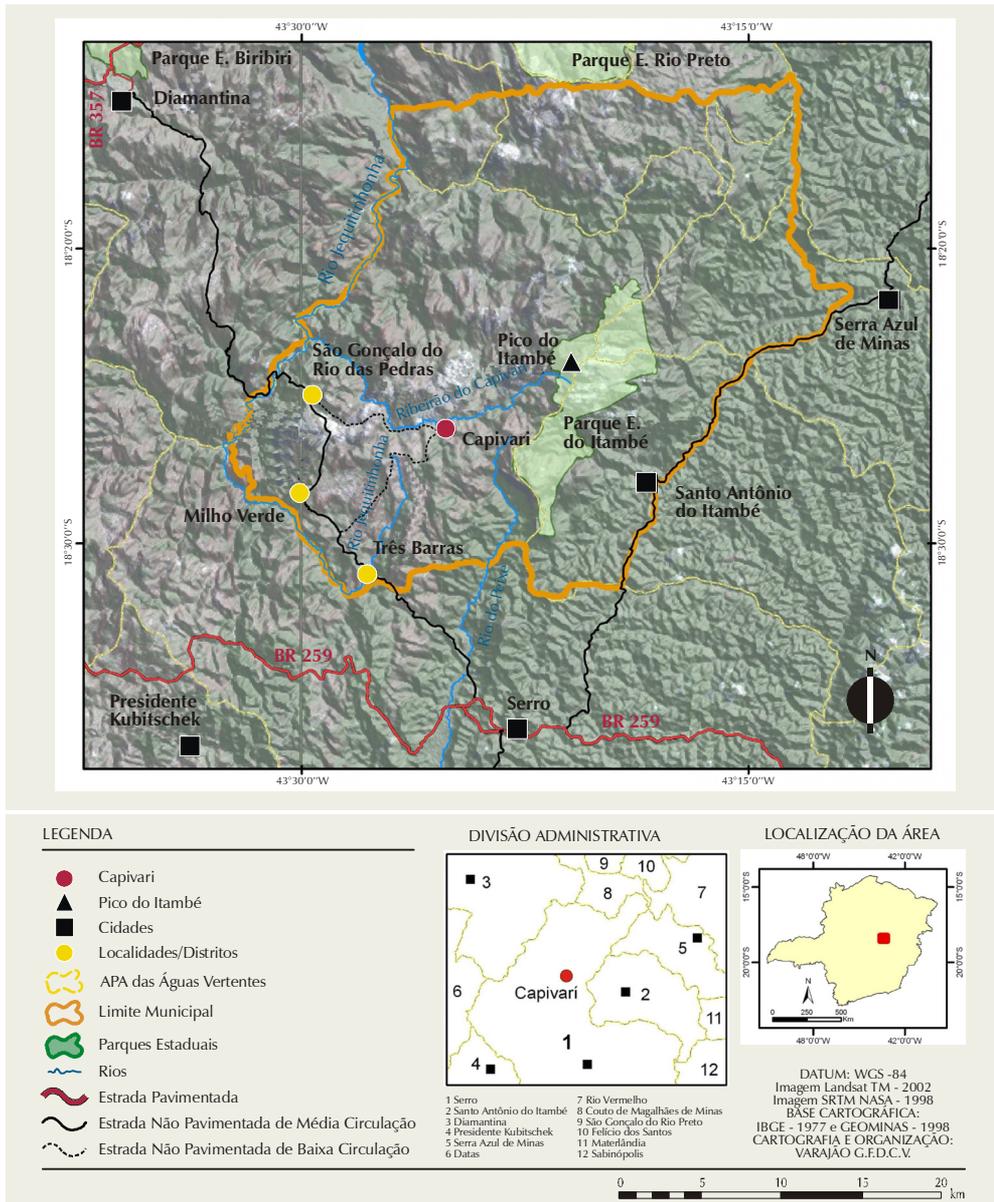


FONTE: Adaptado de Fundação João Pinheiro (2004)

Um exemplo bastante elucidativo com relação a essas iniciativas se refere ao Turismo Solidário no Vale do Jequitinhonha. Essa forma de turismo teve início na região em 1999, a partir da iniciativa da operadora de ecoturismo Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas e Terapêuticas, com sede em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Posteriormente, em 2003, o Governo do Estado de Minas Gerais lançou o programa Turismo Solidário, a partir da criação da Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas (SEDEVAN).

Esta pesquisa trará como estudo de caso a localidade de Capivari, no município do Serro-MG (figura 3). Esse povoado foi o primeiro a receber projetos de qualificação e preparação para o Turismo Solidário, principalmente por meio das ações da operadora de ecoturismo Andarilho da Luz. Essas iniciativas surgiram num contexto histórico conturbado, permeado sobretudo por restrições econômicas e privações sociais. Na época do surgimento das iniciativas do Turismo Solidário, o município estudado, assim como outros municípios envolvidos, enfrentava uma situação conflituosa. No caso específico do Serro, mais especificamente da localidade de Capivari, a atividade garimpeira havia sido proibida pelos órgãos ambientais, principalmente após a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI) e da Área de Proteção Ambiental (APA) das Águas Vertentes, na qual o povoado de Capivari se encontra, fato que abalou significativamente a economia local.

FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DE CAPIVARI/SERRO NO ESTADO DE MINAS GERAIS



FONTE: Adaptado de VARAJÃO (2009)

É importante destacar que a criação dessas Unidades de Conservação (UCs) acarretou mudanças para a população. Uma nova forma de organização territorial surgiu, desencadeando transformações na vida social, cultural e econômica de seus moradores. Diante disso, emergiram algumas estratégias de resistência, resignação e adaptação às novas regras impostas para uso do solo. Essa situação refletiu diretamente nas desfavoráveis condições socioeconômicas da comunidade que, nos últimos anos,

vem buscando soluções para reverter essa situação adversa. O investimento no Turismo Solidário foi uma das alternativas encontradas.

Apesar do grande número de projetos e pesquisas na região – por parte da iniciativa privada ou de programas governamentais, incluindo os projetos turísticos –, poucos são os estudos destinados a abordar e entender a complexidade que envolve a atividade turística. Pouco se estudou acerca dos problemas gerados por essa atividade, bem como suas possíveis conseqüências, sejam elas positivas ou não, sobretudo para a população local. Muita ênfase tem sido dada ao papel dos turistas nesse contexto, ou seja, o que eles podem ganhar ou oferecer, de acordo com sua disponibilidade de tempo, recurso e envolvimento, à população. Entretanto, pouco se tem estudado sobre a efetividade dessas iniciativas, assim como sobre a real participação da população local em tal processo.

Nesse contexto, propõe-se refletir sobre a possível relação entre turismo e desenvolvimento, uma vez que essa relação, ao menos teoricamente, está embutida na ideia central das iniciativas de turismo que ocorrem na localidade estudada. Partindo dessas considerações, é possível perceber que o turismo é um tema frequentemente abordado na localidade em estudo. Diante disso, as iniciativas referentes ao Turismo Solidário existentes no povoado serviram como referência para uma análise do contexto atual de Capivari. Assim, tomando como ponto de partida o principal objetivo dessas iniciativas – promover o desenvolvimento das comunidades envolvidas no projeto, sobretudo por meio da participação dos atores locais –, busca-se uma reflexão a partir da seguinte proposição: a atividade turística, na forma como é estruturada atualmente em Capivari, tem sido capaz de promover o desenvolvimento dessa comunidade, no sentido de possibilitar a expansão das liberdades, como apresentado por Amartya Sen?

Nessa investigação, refletiu-se acerca do conceito de “desenvolvimento como liberdade”, exposto por Sen (2000), numa tentativa de estabelecer um elo entre turismo e desenvolvimento. Dessa forma, a análise das iniciativas acerca do turismo solidário no povoado de Capivari e a observação da efetividade, ou não, de suas ações como uma forma possível de promoção do desenvolvimento, foram pensadas com foco na “expansão das liberdades”, como coloca Sen, dos indivíduos envolvidos.

Nesse sentido, diante da problemática da pesquisa, surgiu a seguinte questão: como se pode “mensurar”, de um modo qualitativo, a efetividade ou não do processo de desenvolvimento em Capivari? Para respondê-la, foram definidos alguns parâmetros de análise que pudessem balizar as discussões posteriores, concebidos a partir das cinco liberdades instrumentais propostas por Sen (2000): 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência, 5) segurança protetora. A partir de cada uma dessas liberdades, lançou-se mão de algumas questões que serviram como guia para reflexões subsequentes.

A partir dessa escolha, foram feitas entrevistas com os sujeitos sociais e pessoas envolvidas de alguma maneira com o turismo no povoado. As entrevistas aconteceram com o intuito de entender melhor a realidade local, a partir de quem vivencia de fato

o povoado. Serviram, também, para refletir sobre a problemática suscitada nesta pesquisa, tendo como base os parâmetros de análise explicitados anteriormente. Para a realização dessas entrevistas, optou-se pelo método da história oral.

Como é um método essencialmente qualitativo, a coleta de dados é feita *in loco*, restringindo-se a um número limitado de pessoas. Uma estratégia adotada nesses casos é a utilização das chamadas “amostras intencionais”, nas quais os sujeitos são escolhidos em razão de sua representatividade diante de algum aspecto a ser pesquisado. Cabe destacar que cada ator entrevistado foi escolhido por sua representatividade no povoado, sendo que suas contribuições serviram como valiosas fontes de dados e informações do contexto local e regional do povoado de Capivari, uma vez que são escassos os estudos, dados e informações sobre a localidade.

Desse modo, a partir do momento em que esses aspectos são amplamente conhecidos e entendidos, torna-se possível pensar em ações estruturantes que levem em consideração as características locais, principalmente, as aspirações da população. Pensar na atividade turística como uma possível alternativa para promover o desenvolvimento na região onde se estabelece requer conceber modelos que busquem a superação das privações das liberdades, as quais limitam as escolhas e oportunidades das pessoas e comunidades, que têm seus modos de vida afetados pela implantação dessa nova prática. Isso implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, a partir da inclusão social, por meio da afirmação da autonomia e participação, que visa oferecer um suporte para a expansão efetiva das liberdades dos atores envolvidos.

1 REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO

Diante das diversas formas de apropriação acerca da ideia de desenvolvimento, a única certeza amplamente aceita é de que não existe uma definição única sobre o que seja, de fato, o desenvolvimento. Em nenhum campo do conhecimento científico esse termo foi ainda satisfatoriamente definido.

Ribeiro (2005) aponta que há sempre crises conceituais se desdobrando internamente ao campo do desenvolvimento, e que, se quisermos ir além de teorias e conceitos reciclados, as novas formulações acerca do desenvolvimento precisam voltar-se para uma visão mais crítica sobre o termo. Nesse sentido, Esteva (2000) afirma que, até o momento, não existe nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha uma influência tão grande sobre a maneira de pensar e agir dos indivíduos. Ao mesmo tempo, esse autor mostra que existem poucas palavras hoje tão frágeis e tão incapazes de dar significado ao pensamento e comportamento humano como a palavra desenvolvimento. Ainda, segundo esse autor, a despeito do contexto no qual a palavra é utilizada, esse termo sempre apresenta um sentido de mudança favorável.

Autores como Esteva (2000), Sachs (2000), Ribeiro (2005) e Souza (1994/1995, 1996) têm apontado críticas contundentes com relação à ideia de desenvolvimento. Juntando-se a outros estudiosos do tema, esses autores corroboram

o fato de que o termo “desenvolvimento” passou, ao longo da história, por um processo de esvaziamento conceitual. Dessa maneira, o empobrecimento do conceito, que frequentemente foi reduzido a crescimento econômico por parte de seus primeiros defensores, sofreu, de acordo com Esteva (2000), sua metamorfose mais dramática nas mãos do então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman. Em 20 de janeiro de 1949, Truman, em seu discurso de posse, referiu-se ao Hemisfério Sul como “área subdesenvolvida”. Ao usar pela primeira vez a palavra “subdesenvolvida” nesse contexto, o presidente dos EUA atribuiu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo que, segundo esse autor, passou a ser usado para referir-se à era da hegemonia norte-americana. Assim, o discurso de Truman

[...] tinha subitamente criado uma nova percepção do “eu” e do “outro”. Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados (ESTEVA, 2000, p.60).

Não é por acaso que, como aponta Ribeiro (2005), surgiram, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, utopias que em certo sentido viessem oferecer explicações aos países “colocados em níveis inferiores”, de modo que “pudessem acreditar que haveria uma solução para sua situação ‘atrasada’” (RIBEIRO, 2005, p.117). Tampouco é casual que, como mostra esse autor, a terminologia ligada ao desenvolvimento tenha utilizado metáforas que se referem a espaços que aludem a hierarquizações; ou seja, “desenvolvimento/subdesenvolvimento; adiantado/atrasado; primeiro mundo/terceiro mundo”, etc.

Essa hierarquia é fundamental para fazer crer na existência de um ponto que pode ser atingido caso siga-se um tipo de receita mantida por aqueles “Estados-nações” que lideram a “corrida” para um futuro melhor (RIBEIRO, 2005, p.117).

Diante desse amálgama de ideias acerca do desenvolvimento, buscou-se entender esses avanços a partir de uma leitura crítica sobre o que os diversos estudiosos do tema deixaram como legado. Frente a essas ideias, como um possível contraponto às vozes hegemônicas sobre o desenvolvimento, buscou-se estabelecer um diálogo com a realidade de Capivari a partir, sobretudo, da noção de desenvolvimento refletida por Sen (2000). Segundo o autor, o desenvolvimento requer a ampliação das potencialidades e possibilidades de realização humana, o que constitui um grande desafio para as sociedades atuais. A inovação desse conceito reside exatamente no alargamento de significados proporcionado pelo rompimento da visão que restringe o desenvolvimento a resultados econômicos, refletido, principalmente, na quantidade de capital acumulado em cada país.

1.1 UMA VOZ DISSONANTE: a perspectiva libertária de Sen no processo de desenvolvimento

Como colocado anteriormente, grande parte das teorias que versam sobre o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento econômico, tem se mostrado hegemônicas, principalmente por se enquadrarem nos principais modelos teóricos e empíricos na busca pelo possível “desenvolvimento”. Nesse sentido, acredita-se que as reflexões de Amartya Sen acerca da noção de desenvolvimento como liberdade contribuem, sobremaneira, para as teorizações sobre o tema, principalmente por priorizar o indivíduo e colocá-lo no centro das questões que tratam do assunto.

Em suas obras, Sen (2000) apresenta o conceito de desenvolvimento como liberdade: “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente¹” (SEN, 2000, p.10). O autor procura demonstrar também que, para que o desenvolvimento ocorra, é necessária a remoção das principais fontes de privação de liberdade, como “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p.18).

Ainda, segundo Sen, a superação dos entraves constitui parte central no processo de desenvolvimento e, para superar esses males, é preciso reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade. Além disso, é preciso reconhecer a importância da condição de agente dos indivíduos como forma de lidar com essas privações. Da mesma forma que a condição de agente é fundamental nesse processo, ela é também condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos.

Em sua obra, Sen enfatiza a importância de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais e políticas. O autor concentra-se, principalmente, nos papéis e nas inter-relações entre as liberdades instrumentais propostas por ele.

O desenvolvimento pode ser visto “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p.11). Esse enfoque nas liberdades humanas contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento, que o comparam ao crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ao aumento de rendas pessoais, à industrialização e ao avanço tecnológico ou modernização social. Contudo, segundo Sen (2000), essas variáveis assumem um papel importante, principalmente quando são consideradas como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelas pessoas.

Apesar disso, as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (serviços de educação e saúde) e os direitos civis (a liberdade de participar de discussões e averiguações políticas).

¹ O termo utilizado por Sen (2000) destaca que “agente” é alguém que age e ocasiona mudanças, cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos.

[...] ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que, interalia, desempenham um papel relevante no processo (SEN, 2000, p.17).

Segundo o autor, cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa. Além disso, os diferentes tipos de liberdade podem atuar complementando-se mutuamente. Assim, Sen (2000) mostra que as liberdades não são apenas os fins no processo de desenvolvimento, mas são também os principais meios. Além de reconhecer a importância avaliatória da liberdade, é necessário entender as relações que vinculam uma liberdade à outra.

Dessa forma, as Liberdades Políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades Sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades Econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000, p.25-26).

Dessa maneira, apesar de a literatura científica sobre o desenvolvimento não ter ainda se dedicado ao estudo do turismo e suas possíveis relações, a escolha das reflexões de Amartya Sen, acerca de suas ideias sobre o desenvolvimento, mostra que esse tema pode contribuir, sobremaneira, para o entendimento de que é possível pensar em ações estruturantes, sobretudo aquelas voltadas ao turismo, que levem em conta as características locais e, principalmente, as aspirações dos indivíduos.

Nesse sentido, os desdobramentos referentes à interface entre turismo e desenvolvimento exigiu, antes de tudo, uma discussão prévia sobre as noções de desenvolvimento, uma vez que essa ideia não é tão óbvia ou isenta de disputa e controvérsia quanto se imagina. Portanto, pode-se dizer que a escolha da perspectiva de desenvolvimento como liberdade e seu diálogo com as iniciativas de turismo em Capivari voltaram-se, neste trabalho, para a busca de uma noção de desenvolvimento mais coerente, na qual os indivíduos devem ser o centro do processo.

2 O TURISMO SOLIDÁRIO EM CAPIVARI

A primeira iniciativa organizada de turismo solidário em Capivari ocorreu no ano de 1999, por meio das ações da operadora de ecoturismo Andarilho da Luz Caminhadas Ecológicas e Terapêuticas, com sede em Belo Horizonte-MG. De acordo com Marcus Pavani,² idealizador da ideia e proprietário da operadora, o projeto de desenvolver o turismo em Capivari foi pensado com o intuito de contribuir para a

² As análises aqui apresentadas foram feitas com base na entrevista realizada com Marcus Pavani, proprietário da operadora Andarilho da Luz, por meio de correio eletrônico, respondida no dia 27 de agosto de 2010. Além disso, serão feitas referências ao conteúdo do site da operadora. Disponível em: <<http://www.andarilhodacruz.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

melhoria da qualidade de vida de seus moradores e desenvolver o ecoturismo responsável e de base comunitária – um conceito que, segundo ele, é mais atual e reflete melhor as características desse tipo de turismo. Dessa forma, “o turismo solidário é um trabalho que prioriza e estabelece como regra a participação e a gestão da comunidade em todo planejamento turístico” (site da operadora Andarilho da Luz).

O principal desafio para colocar em prática essa ideia foi, segundo o empresário, mobilizar a comunidade para pensar e agir de forma associativa, já que este é um processo que exige “tempo, paciência e uma agenda positiva de ações e resultados”. Além disso, Marcus acredita que as conquistas obtidas com a prática do turismo solidário desenvolvida em Capivari apenas foram possíveis com o envolvimento direto da comunidade, num processo de construção contínua de confiança e amizade. “Perceber com clareza as intenções e propostas e gerar resultados positivos e construtivos propicia a aproximação e a participação da comunidade nas ações gerais e pontuais.”

Embora essas iniciativas representem uma mudança de perspectivas com relação ao futuro da comunidade, é preciso refletir a respeito dessas práticas já que são oriundas de ações de agentes externos, que, a princípio, pouco conhecem a realidade local. Não que essas ações não sejam importantes – valendo-se da perspectiva histórica e do difícil momento vivido pelos moradores, essas práticas são, sim, relevantes e até mesmo necessárias. No entanto, análises devem ser feitas com base nas consequências dessas ações no âmbito local, levando em conta as expectativas e desejos da comunidade. “Em 2004, não sei direito a data, o governo implantou o turismo solidário, e o povo faz confusão, não entende direito. E esse turismo solidário do governo, ele não está funcionando ainda, eles fizeram curso, mas ainda não veio turista solidário” (moradora de Capivari, presidente da Associação Comunitária).

Como relatado nessa fala, posteriormente à iniciativa da Andarilho da Luz, houve uma nova investida, em 2003, por meio de ações do governo de Minas Gerais. Entretanto, a ideia acerca do turismo solidário ficou tão atrelada à operadora Andarilho da Luz que os moradores não fazem muita referência ao programa do governo. Em 2003, os idealizadores do programa foram ao povoado para apresentar a ideia e convidar a comunidade para participar das ações. Como o turismo já tinha sido apresentado anteriormente aos moradores, estes prontamente aceitaram fazer parte da iniciativa do governo, como forma de fortalecer o turismo solidário regionalmente. A partir da aceitação da ideia, foram oferecidos aos moradores cursos de capacitação. Contudo, como aponta um morador da localidade: “nada além daquele que a Andarilho já tinha falado, nada mais do que aquilo. É uma continuidade, mas reafirmando aquilo que a Andarilho já tinha explicado ao pessoal”. Entretanto, esse convite, partindo do governo, estimulou as expectativas e a autoestima dos moradores, que estavam baixas diante das privações pelas quais estavam passando. Era importante para eles a valorização da cultura e das características locais, como forma de estimular a comunidade a perceber seus valores e aumentar sua confiança em si mesma.

Foi, assim, apresentada à comunidade a ideia do programa que, nas palavras de uma moradora de Capivari, funcionaria da seguinte forma: “a pessoa ajuda da

maneira que ela pode, dá um curso, por exemplo, eu entendi desse jeito. Eu entendi assim, porque tem o outro turista que vem para visitar, o turista comum, e o solidário vem para visitar o atrativo, mas vem também para ajudar da maneira que ele puder". Aliada a essa concepção, está a ideia da geração de emprego e renda que, para os moradores, foi fator primordial na organização da comunidade para o turismo. A expectativa gerada diante da possibilidade de auferir renda foi, pois, a principal motivação para os moradores. Por essa razão, houve uma grande adesão da comunidade aos diversos cursos oferecidos pelo programa: receptivos familiares, condutores, culinária, artesanato, entre outros. *"Se ele (o programa Turismo Solidário) funcionasse, eu acharia uma coisa boa, mas eu não sei por que ele ainda não funcionou, não sei por que não chega turista. Curso já teve."* (moradora de Capivari).

Contudo, as ações do programa ainda não tiveram um resultado real que pudesse ser percebido positivamente pelos moradores. O investimento em cursos de capacitação, como era de se esperar, não foi suficiente para que o turismo solidário prosseguisse, sendo necessário mais do que isso. Os próprios moradores já perceberam que essas ações não são suficientes; ou seja, é preciso maior investimento, sobretudo financeiro, para que o programa funcione e avance. Assim, o programa ainda não revelou aos moradores possibilidades reais que os fizessem acreditar que possa dar certo.

Dessa forma, num misto de desilusão e esperança, os moradores de Capivari ainda tentam acreditar que o programa dará certo, sobretudo diante da realidade vivida por eles, que não apresenta muitas alternativas viáveis de sobrevivência. A expectativa gerada pelo turismo é, muitas vezes, o que impulsiona os moradores a participar das ações, apesar da já grande desconfiança.

Diante desses aspectos, apresentam-se a seguir as especificidades do povoado de Capivari, mostrando suas características peculiares com base, sobretudo, nas cinco liberdades instrumentais refletidas por Amartya Sen. Serão, pois, revelados aspectos que mostram algumas mudanças no povoado, ocorridas ao longo do tempo, as quais demonstram como a população age e se adapta a essas transformações, tanto as oriundas da atividade turística como de outras atividades.

2.1 O RETRATO DE CAPIVARI SOB UMA PERSPECTIVA LIBERTÁRIA: Capivari e as liberdades instrumentais

Para analisar as mudanças provocadas pelo turismo no povoado de Capivari, as estatísticas não foram suficientes neste trabalho. As bases reflexivas oferecidas por Sen (2000), e por outros autores que buscam ultrapassar a concepção hegemônica do desenvolvimento, permitem ampliar as discussões levando as análises e reflexões a outros patamares. Por trás de cada número que a estatística é capaz de revelar, existem homens, mulheres e crianças os quais, muitas vezes, vivem à margem das ações e projetos governamentais e da iniciativa privada, vivendo, até mesmo, no limite da condição humana.

Buscou-se mostrar aqui um retrato do que vem ocorrendo em Capivari com base em casos, relatos e histórias reais³ de pessoas influenciadas diretamente pelos programas e iniciativas de turismo, bem como por outros projetos direta ou indiretamente ligados às atividades que acontecem no povoado.

2.1.1 As facilidades econômicas

Tendo como base a perspectiva libertária de Sen (2000), as reflexões iniciaram-se a partir da liberdade instrumental denominada por esse autor de facilidades econômicas. Para Sen (2000), as facilidades econômicas apresentam uma vinculação direta com os intitamentos⁴ de uma pessoa e, à medida que o processo de desenvolvimento aumenta a riqueza e a renda de um país, estas se refletem no aumento correspondente desses intitamentos econômicos da população de modo geral.

Capivari sempre baseou sua história no extrativismo, principalmente no extrativismo mineral. Muitos moradores da localidade foram e ainda são garimpeiros. Séculos se passaram tendo o garimpeiro como símbolo da região e o garimpo como força propulsora da economia e da história. As palavras de Santos (1976) retratam bem a força dos garimpeiros:

Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que era obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado (SANTOS, 1976, p.79).

Essas palavras mostram o contexto difícil que sempre permeou a vida desses trabalhadores, desde as primeiras levas de diamantes descobertos, ainda no século XVIII. Três séculos se passaram desde então, mas o contexto atual carrega consigo memórias dessa vida árdua. Se naquele tempo o garimpo era proibido diante da necessidade de a Coroa fiscalizar e garantir seus lucros, hoje a proibição continua, mas com outros contornos. Desde a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé e da Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes, ambos em 1998, o extrativismo, seja ele mineral ou vegetal, foi proibido. Com essa proibição, os moradores do povoado se viram obrigados a buscar fontes alternativas de renda. Muitos pais de família se viram desempregados, o que gerou graves problemas sociais, econômicos e, muitas vezes, psicológicos para esses indivíduos.

³ As falas dos moradores, bem como dados e informações, foram coletados durante trabalhos de campo no povoado de Capivari, realizados no ano de 2010.

⁴ Nas palavras de Sen (2000), “o *entitlement* de uma pessoa é representado pelo conjunto de pacotes alternativos de bens adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa. Em uma economia de mercado propriedade privada, o conjunto de *entitlement* de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir” (SEN, 2000, p.55).

No entanto, a busca por essas alternativas tem gerado constantes conflitos entre a sobrevivência dos moradores e a necessidade de conservação ambiental da área. Como já relatado, mesmo que de forma bem menos intensa, o extrativismo ainda faz parte do cotidiano dos moradores, representando, de maneira bastante esporádica, uma tímida complementação na renda dessas famílias.

Existem muitas famílias que contam hoje com algum tipo de renda mensal, sobretudo a aposentadoria dos mais velhos e, em alguns casos, o recebimento do bolsa família,⁵ no entanto, poucas pessoas têm emprego formal. Dessa forma, não existe na comunidade uma atividade econômica principal, que se destaque no contexto econômico local. Existe um conjunto de atividades que, juntas, permitem a sobrevivência das famílias. Assim, a agricultura de subsistência, o persistente extrativismo, alguns serviços básicos, os programas assistenciais do governo, as aposentadorias dos mais velhos e, de certa forma, o investimento no turismo, garantem o sustento das famílias que vivem no povoado. Essa realidade pode revelar, pois, certa relação de dependência com o governo e a pouca autonomia dos indivíduos diante de um contexto econômico e social tão frágil, como é o caso de Capivari.

O incentivo ao turismo solidário no povoado de Capivari surgiu recentemente, como mais uma alternativa de renda aos moradores, no intuito de diminuir a fragilidade, sobretudo econômica, do povoado. Ao mesmo tempo, o investimento nesse tipo de turismo é uma estratégia de organização e uma tentativa de controlar os rumos da atividade turística, de modo que ela não cresça demasiadamente e se torne um problema para a comunidade. Os moradores têm muito próximo o exemplo negativo de Milho Verde⁶ e, nesse sentido, eles convergem esforços para que não aconteça em Capivari o que vem ocorrendo nesse distrito. *“Ué, é bom, porque assim, é uma fonte de renda pra comunidade, porque aqui tem pouco serviço, quase não tem serviço, aí é uma ajuda..., ajuda bastante”* (moradora de Capivari).

São nove famílias que decidiram investir no turismo solidário em Capivari. As ações da empresa Andarilho da Luz levaram aos moradores a possibilidade de trabalhar com o turismo na localidade. Posteriormente, o programa Turismo Solidário chegou ao povoado, agora como uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais. Como já relatado, nota-se que a iniciativa privada, por parte da operadora Andarilho da Luz, mostrou-se bastante relevante no contexto do povoado de Capivari, uma vez que a ideia surgiu, principalmente, como alternativa aos problemas enfrentados pela comunidade e como uma nova forma de geração de emprego e renda para essas pessoas.

⁵ “O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo Brasil. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 reais mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos” (BRASIL, 2012).

⁶ Para informações mais detalhadas acerca do desenvolvimento da atividade turística em Milho Verde, ver: BRAGA (2006).

Contudo, essa iniciativa apenas apresenta algum resultado direto e perceptível quando a Andarilho da Luz opera na localidade levando turistas ao povoado. Gerou-se uma dependência muito grande quanto às ações a serem desenvolvidas. Ficou claro que, a todo o momento, eles esperam uma ação da Andarilho da Luz, ou de universidades, para manter a ideia do turismo solidário funcionando.

Aliada a isso, a proposta do governo também não resultou em ações concretas e estruturais que pudessem estimular os moradores a caminharem sozinhos e serem, eles mesmos, agentes de seu próprio destino. Muito investimento foi feito em cursos: artesanato, culinária, costura, receptivos, guias de turismo, entre outros. Questiona-se se isso foi suficiente. Percebe-se que não.

Parece que a grande inovação na forma de se fazer turismo, tal como pretendida pelo programa Turismo Solidário, não se distingue muito das outras formas de turismo existentes em muitos outros lugares. A grande preocupação, que se reflete na concepção da ideia, na sua implementação e no discurso dos idealizadores, não é muito diferente das concepções hegemônicas do turismo. A base do programa ainda está voltada à geração de emprego e renda para a população. Onde estaria, pois, essa inovação proposta? Estaria em ações dos próprios turistas? Em doações, palestras, ações em projetos? Muita ênfase tem sido dada ao papel dos turistas nesse contexto, o que o turista pode ganhar ou oferecer à população, de acordo com a disponibilidade e o envolvimento de cada um. Assim, o movimento de geração de renda estaria diretamente vinculado às ações de turistas ditos solidários; caso contrário, a iniciativa encontra seu ponto fraco e sucumbe.

Nesse contexto, as iniciativas de turismo solidário em Capivari ainda precisam de um longo caminho para se transformar em alternativas efetivas para a comunidade. Alternativas que vão muito além da renda gerada pela atividade, mas pensadas, sobretudo, com foco na promoção do desenvolvimento e na real participação dos moradores, com autonomia e responsabilidade.

Pensando nessa realidade de Capivari e na grande urgência dessa comunidade em alcançar melhores níveis de vida e fontes alternativas de renda, o investimento em disposições sociais pode ser um começo na busca por melhorias para a população. Atualmente, a comunidade de Capivari sofre privações impostas, em grande medida, pela carência dessas oportunidades sociais.

2.1.2 As oportunidades sociais

Outra liberdade, denominada por Sen (2000) de “oportunidades sociais”, é importante não apenas para que seja possível ao indivíduo levar uma vida saudável, por exemplo, mas também para que ele consiga participar efetivamente das atividades econômicas e políticas. O aumento dos serviços de saúde, educação ou saneamento básico pode contribuir, sobremaneira, para aumentar a qualidade de vida e expandir as capacidades humanas.

Capivari é um povoado simples, e a população passa por inúmeras privações em seu cotidiano – relacionadas, por exemplo, à coleta de lixo, ao abastecimento de

água, ao saneamento básico, à telefonia e, sobretudo, à educação e saúde. Apesar dos percalços, é importante salientar que as famílias contam umas com as outras nas dificuldades do dia a dia.

Um dos pontos mais críticos relatados pelos moradores de Capivari, em relação ao qual o governo municipal também não tem logrado êxito, refere-se à área da saúde. *“Saúde eu te falo, o Brasil todo, Capivari é do mesmo jeito, o investimento na área da saúde é ruim, uma pessoa que fica doente um mês, ela consulta, para fazer exame leva dois, três, às vezes até quatro meses, quando ela vai ser atendida, que ela consegue fazer o exame, ela já deve estar morta!”* (morador de Capivari).

Esse relato revela como o governo do município tem sido ineficiente nessa área. Não há postos de saúde em Capivari. Por essa razão, os médicos que vão ao povoado quinzenalmente atendem no centro comunitário. Outro problema grave na área da saúde, percebido pelos moradores nos últimos anos, foi o aumento do nível de alcoolismo, sobretudo entre os homens. A carência de oportunidades de emprego e renda, principalmente com a proibição do garimpo, acarretou problemas sociais à comunidade, que se refletiram nesse aumento do consumo de bebidas alcoólicas.

Diante desse contexto, é notável a necessidade de investimentos públicos para a promoção de oportunidades sociais, sobretudo na área da saúde. Privar uma comunidade de ter acesso adequado à saúde, incluindo o acesso ao saneamento básico e ao tratamento da água, é destituí-la de meios de participação nas demais esferas da vida cotidiana, já que a saúde é fundamental para uma boa qualidade de vida e uma plena inserção da população nessas outras esferas da vida social e coletiva. Assim como a saúde, é fundamental promover oportunidades no âmbito da educação, de modo a possibilitar uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas, por exemplo.

Quanto mais declinava a atividade mineradora no século XVIII, mais o Serro se orgulhava de cidade de administradores, bacharéis e políticos. Em 1825, 13 anos antes de ser elevada a cidade, a Câmara do Serro se tornou a primeira no Brasil a criar e custear o ensino primário, o que revelava os ideais republicanos da cidade. A cidade gerou filhos ilustres como o poeta José Eloi Benedito Otoni, o general Antônio Ernesto Gomes Carneiro, o senador e engenheiro Cristiano Otoni, o memorialista Joaquim Felício dos Santos, o ex-governador João Pinheiro da Silva, os juristas Edmundo Lins e Pedro Lins (talvez a primeira cidade do Brasil a ter 2 juristas simultaneamente no Superior Tribunal de Justiça) e Teófilo Otoni, senador da República no segundo Império, que foi considerado “o homem mais popular do Brasil”. (BRANT; MOTA, 1999, p.145).

A passagem acima revela qual era, de fato, a vocação das Minas Gerais e do Serro: a preocupação com o ensino e o desenvolvimento intelectual. No entanto, nos dias atuais, essa vocação já não se faz mais tão presente, sendo necessário, portanto, reativá-la por meio de investimentos em disposições sociais, como o estímulo à educação.

“Hoje uma professora está ganhando aqui R\$ 460,00 reais, uma professora está indo embora, uma aposentou e foi embora, outra está com problema há muito tempo. Porque as professoras estudaram 4 anos, sentadas numa cadeira, até mais! Mestrado, doutorado, ficaram esse tempo todo, gastando muito dinheiro, pra receber uma coisa que na casa de família, sem estudo, elas ganhavam muito mais, que condições são essas? Eu não vejo o governo, ele não está olhando pra esse lado da educação, não. Porque se ele olhasse, remunera o profissional e cobra também, cobra bastante do profissional, porque se ele está recebendo, ele tem que trabalhar, agora se ele não está ganhando, como é que cobra? Então as pessoas vão ensinando mal, porque vão trabalhando com má vontade, agora, se o dinheirinho está vindo, ele vai correr atrás, ele trabalha alegre” (morador de Capivari).

A fala desse morador expõe a situação da educação no povoado atualmente. O governo municipal também tem falhado no investimento na educação, privando a comunidade de ter acesso adequado ao ensino. No povoado de Capivari, há apenas uma escola primária, que atende crianças até dez anos, até o quinto ano do ensino fundamental I. Para continuar seus estudos, é necessário que os jovens se desloquem para outros distritos ou cidades próximas. Grande parte deles passa a frequentar as escolas de ensino fundamental e médio em Milho Verde (distrito do Serro). Para esses alunos, a prefeitura do Serro disponibiliza transporte escolar gratuito, porém, em tempo de chuva, nem sempre o ônibus consegue chegar aos destinos nos horários certos. A estrada que liga Milho Verde a Capivari está em estado precário de conservação e não é raro o ônibus ficar preso na lama e nos inúmeros buracos existentes. Essa é uma grande preocupação das mães no povoado, as quais, na época de chuvas mais intensas, preocupam-se com a segurança dos filhos nas estradas. Além disso, as condições das estradas podem ser um fator de privação dos jovens à educação, contribuindo para piorar o quadro atual do povoado.

A atividade turística que vem sendo desenvolvida, embora tenha contribuído, ainda que de modo bastante incipiente, com formas alternativas de auferir renda, não tem, por si só, força para garantir melhorias nas oportunidades sociais oferecidas aos moradores. Essas disposições devem acontecer, sobretudo, por meio do Estado, responsável legal por promover melhorias nesse sentido, que devem ocorrer independentemente de existir ou não atividade turística. Os benefícios advindos de investimentos nessas áreas devem ser orientados, principalmente, para atender as necessidades dos próprios moradores. Assim, não se deve atribuir ao turismo, ou aos incentivadores do turismo no povoado, a responsabilidade de realização efetiva dessas disposições sociais, pois estas não estão diretamente vinculadas à atividade turística.

Dessa forma, é importante entender que o investimento em disposições sociais é fundamental para que a sociedade possa buscar melhores condições de vida. Investir em educação, saúde, saneamento e em outros serviços sociais contribui significativamente para a promoção do desenvolvimento.

2.1.3 As liberdades políticas

Com relação à liberdade instrumental denominada “liberdade política”, Sen (2000) destaca que ela se refere à oportunidade de os indivíduos escolherem seus governantes, baseando-se em princípios e valores próprios, além de incluir a possibilidade de crítica e dissensão, por exemplo.

No contexto de Capivari, alguns aspectos da liberdade política já se fazem presentes, como o direito ao voto, à liberdade de expressão e à liberdade partidária. Atualmente, a comunidade tem buscado se organizar melhor, no sentido de fazer parte do processo de tomada de decisões. Em 2010, o diálogo político deu alguns passos importantes com a escolha de um representante de Capivari para fazer parte da Câmara de Vereadores do município do Serro.

A necessidade urgente de desenvolver ações e projetos que beneficiem a população de maneira direta e mais eficaz mostra as inter-relações existentes entre a liberdade política e a satisfação das necessidades econômicas, relatadas por Amartya Sen. A capacidade da comunidade de se articular e se organizar em prol de uma inserção política apresenta vinculação direta com a capacidade de buscar melhorias para a população, sejam elas econômicas ou de outro tipo.

Segundo o vereador eleito, os espaços para diálogos políticos estão ficando cada vez mais fortalecidos, e as reivindicações e pedidos dos moradores chegam até ele de diferentes formas. Todavia, a participação social ainda é tímida e caminha a passos lentos. A carência de oportunidades sociais, como o investimento em educação, reflete uma baixa autoestima, já que muitos moradores não se manifestam em razão de considerarem que não conseguem se expressar adequadamente. Nesse sentido, a população começou a se articular ao traçar diretrizes para controlar a visitação aos atrativos turísticos do povoado em ocasiões especiais, como o carnaval. Ainda, os moradores se mobilizaram para tentar impedir atividades não condizentes com os princípios locais. Hoje, não são permitidos acampamentos no povoado, tampouco pessoas andando em trajes inadequados, como os trajes de banho.

Além disso, o apoio de alunos e professores de universidades como a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre outras, tem sido importante no sentido de orientar as ações, de modo que estas sejam guiadas pelos próprios moradores e que sejam condizentes com seus princípios e valores. As incursões desses alunos e pesquisadores, incluindo alunos do curso de Turismo da UFMG,⁷ têm contribuído para embutir na comunidade alguns conceitos que possam ajudá-la no sentido de dar continuidade às ações.

Vale destacar nesse contexto que a comunidade de Capivari exerce uma pressão importante sobre o governo, sobretudo, por meio da Associação Comunitária Pró-Melhoramentos, criada em 1988, a partir da iniciativa dos próprios moradores.

⁷ O envolvimento de alunos e professores no povoado tem acontecido por meio de trabalhos de campo das disciplinas Participação Comunitária e Ecoturismo, ministradas no curso de Turismo da UFMG.

Nessa época, os moradores a registraram e lutaram para conseguir alguns avanços para a comunidade, como melhorias no grupo escolar, que já estava em estado precário, e a busca por recursos para construir a ponte sobre o córrego Condadinho, que corta o povoado. Essas melhorias aconteceram, de fato, alguns anos mais tarde, por meio de ações dos moradores em parceria com a operadora Andarilho da Luz. Dessa forma, algumas ações mais concretas já foram conseguidas, trazendo benefícios diretos aos moradores. Muito embora a associação venha desempenhando um papel importante no contexto atual de Capivari, sobretudo como um possível espaço para que diálogos abertos aconteçam, os conflitos e desavenças ainda existem e fazem parte da realidade do povoado. Foi possível notar algumas situações conflitantes nas falas dos moradores que anteriormente exerceram um papel de destaque na associação.

Assim, embora ainda existam conflitos, a associação já conquistou, ao longo dos anos, benefícios diretos para a comunidade, revelando a importância da criação de espaços de diálogo e sua vinculação com o processo de desenvolvimento, pois, como coloca a atual presidente, *“é bem mais fácil você cobrar coisas para a comunidade, da prefeitura, governo. É muito mais fácil você cobrar através da associação do que, se não tivesse a associação, fica mais complicado”*.

2.1.4 As garantias de transparência

Seguindo essa lógica, para Sen (2000), nas relações sociais os indivíduos lidam uns com os outros com base em suposições sobre o que lhes está sendo oferecido e o que eles podem esperar obter. Assim, a sociedade opera sempre com alguma presunção de confiança. Nesse sentido, as garantias de transparência, outra liberdade apontada por Sen (2000), podem ser uma categoria importante de liberdade instrumental, uma vez que podem ter um papel claro como inibidoras da corrupção, por exemplo.

Ao se pensar na realidade atual do povoado de Capivari, pode-se dizer que alguns aspectos relativos às garantias de transparência têm sido negligenciados, sobretudo, pelo Estado. A criação das Unidades de Conservação na região, por exemplo, acarretou uma série de situações conflituosas que contribuíram para o desgaste da relação entre o Estado, via Instituto Estadual de Florestas do Estado de Minas Gerais (IEF/MG) e a população de Capivari. A princípio, esse órgão criou as UCs privando a comunidade de continuar a viver do modo como vivia anteriormente.

Diante desses entraves, a implantação das UCs prevê a criação de conselhos consultivos, sobretudo como forma de promover uma participação maior da população na gestão das mesmas. Esses conselhos serviriam, pois, para melhorar a relação da comunidade com os órgãos ambientais, diante da possibilidade de participação de comunidades diretamente envolvidas na criação de UCs.

O Conselho Consultivo do PEPI foi criado em dezembro de 2008, abrangendo formalmente em sua estrutura a participação do Estado, do setor privado e da chamada sociedade civil. Algumas instituições que apresentam alguma vinculação direta com Capivari estão presentes nesse conselho, como a Associação Comunitária Pró-Melhoramentos de Capivari, a Câmara de Vereadores do Município do Serro,

representada pelo vereador de Capivari, além da Secretaria de Turismo do Serro, entre outras instituições.

Atualmente, a situação do Conselho não é muito diferente dos conselhos consultivos de UCs espalhadas pelo Brasil. As reuniões têm acontecido de modo bastante esporádico. Diante disso, nota-se que o conselho ainda não consegue desempenhar um papel satisfatório, que consiga funcionar como um espaço de diálogo entre Estado e sociedade civil, sobretudo porque o conselho em questão é bastante apático. Não há ainda muitas ações que o caracterizem como espaço de troca, capaz de promover um envolvimento e participação da população envolvida.

A falta de garantias de transparência é sentida, também, na relação entre a comunidade de Capivari e o governo municipal. Conforme já relatado, há um descuido, por parte da prefeitura, diante da necessidade urgente da população de Capivari em promover melhorias no âmbito local. As privações ocasionadas pela falta de investimentos públicos nas áreas da saúde, educação, entre outras, a começar pelo acesso ao povoado, que atualmente está em estado crítico, demonstram o grau de envolvimento e comprometimento do poder público com a população local. Essa falta de ação da prefeitura do Serro com os moradores de Capivari reflete numa descrença e desconfiança da comunidade em relação aos órgãos responsáveis por promover melhorias diretas, ocasionando, muitas vezes, baixa autoestima, já que os moradores não se sentem valorizados e beneficiados pelas ações do governo.

2.1.5 A segurança protetora

Como já exposto neste trabalho, grande parte da população de Capivari garante seu sustento por meio de programas de transferência de renda. De acordo com Sen (2000), “a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social” (p.57). Nesse contexto, o Bolsa Família é o principal programa que atende os moradores do povoado. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em algumas cidades brasileiras, por exemplo, o Bolsa Família chega a representar mais de 40% do total da renda municipal. No município do Serro não é diferente, muitas famílias recebem esses benefícios do governo federal.

Contudo, em Capivari esse programa não tem logrado o êxito necessário, sobretudo quando se pensa nos objetivos do Bolsa Família. Segundo Silva (2006), a ideia central dos programas de transferência de renda é proceder a uma articulação entre transferência monetária e políticas educacionais, de saúde e de trabalho direcionadas a crianças, jovens e adultos de famílias pobres. Dois pressupostos orientam as ações desses programas: um de que a transferência monetária para famílias pobres possibilite a essas famílias tirar seus filhos da rua e de trabalhos precoces e penosos, enviando-lhes à escola, o que permitiria interromper o ciclo vicioso de reprodução da pobreza; o outro é de que a articulação de uma transferência monetária com políticas e programas estruturantes, no campo da educação, da saúde e do trabalho, direcionados a famílias pobres, poderia representar uma política de enfrentamento à

pobreza e às desigualdades sociais e econômicas no país. Diante disso, pode-se afirmar que, em Capivari, o primeiro pressuposto que orienta as ações do Bolsa Família tem sido de certo modo respeitado. Atualmente, grande parte das crianças e jovens frequentam as escolas da região, embora a qualidade do ensino não seja a mais adequada. Com relação ao segundo pressuposto, os relatos aqui expostos anteriormente demonstram que ainda há muito que se fazer, sobretudo porque o governo ainda não oferece as disposições sociais tão necessárias à promoção do desenvolvimento.

Diante desse quadro, assim como é importante saber utilizar os recursos de maneira consciente, também é fundamental acompanhar o programa, avaliando seus resultados positivos e seus fracassos. Em 2007, uma ação da Secretaria de Promoção Social em parceria com os gestores do programa Bolsa Família no município do Serro fez com que 92 alunos do município voltassem a frequentar a escola. Essa ação buscou as famílias de crianças e adolescentes com baixa presença escolar e, a partir desse acompanhamento, muitas crianças e jovens voltaram a cumprir a contrapartida do beneficiário: frequentar a escola. Em Capivari, esses problemas encontrados em outras partes do município ainda não fazem parte da realidade dos moradores, mas muitas mães temem pelo futuro dos filhos diante da enorme carência de investimentos em oportunidades sociais.

Assim, é importante pensar que a segurança protetora, quando bem aproveitada, é um ponto importante a favor do desenvolvimento. Contudo, essa rede de segurança social, promovida pelo governo, deve ser apenas emergencial e preventiva. Aos indivíduos devem ser dadas oportunidades para serem, eles próprios, agentes transformadores da realidade que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões de Sen (2000) acerca do desenvolvimento mostram que esse tema não faz parte de uma agenda do passado – é importante estar disposto a debatê-lo e abordá-lo sob novas roupagens e com novas problemáticas. Nesse caso, a noção de desenvolvimento pode ser interpretada a partir da busca pelo direito de igualdade entre os indivíduos e sob o aspecto das privações impostas a alguns grupos sociais, como a comunidade de Capivari. Assim, a despeito da existência de uma visão clássica e hegemônica de desenvolvimento, a obra de Sen (2000) possibilitou traçar novos aspectos interpretativos sobre o tema.

Ao longo da história, o Vale do Jequitinhonha tem sido constantemente alvo de políticas públicas e investimentos privados que, muitas vezes, surgem na tentativa de minimizar e compensar as privações sofridas pela população habitante dessa região. Valendo-se de tal perspectiva e voltando o olhar para o contexto de Capivari, pode-se dizer que uma série de fatores desencadeados, sobretudo após a proibição das principais atividades econômicas da região, fez com que o turismo surgisse e fosse visto como a maneira mais viável de auferir renda para os moradores, além de ser uma das possibilidades de promover o desenvolvimento das comunidades. *“Inclusive, o que a gente espera agora é do turismo mesmo”* (moradora de Capivari).

Essa frase revela como a atividade turística ganhou força no povoado, sem que, necessariamente, isso represente ainda algo real e concreto. Nos últimos anos, a atividade garimpeira, que sempre representou a força econômica e motriz da comunidade, cedeu lugar ao turismo, ou pelo menos à expectativa de ele ocorrer. Dessa forma, a natureza que antes servia ao garimpo, hoje deve ser conservada, também, em nome de uma atividade a qual, incansavelmente, os moradores esperam que aconteça.

Atribuiu-se ao turismo a responsabilidade de promover melhorias na qualidade de vida da comunidade e, conseqüentemente, gerar desenvolvimento. Contudo, o grau de dependência proporcionado pela atuação de agentes externos fez com que os moradores não tivessem autonomia suficiente para se caminharem sozinhos e se guiarem pelos seus próprios valores e prioridades.

Dessa maneira, como aponta Sen (2000), para que o processo de desenvolvimento aconteça, as pessoas devem ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem. Para isso, devem ser dadas ao indivíduo mais oportunidades de escolha, as quais, segundo Sen (2000), não precisam vir apenas do Estado, mas, também, poderiam envolver outras instituições como organizações não governamentais (ONGs), disposições de base comunitária, iniciativa privada, organismos políticos e sociais, entre outros.

Nesse sentido, alguns aspectos ficaram mais fortemente evidenciados ao relacionar a atividade turística em Capivari com a noção de desenvolvimento como liberdade. Nesse povoado, as pessoas passaram, ao longo do tempo, por muitas privações, que foram intensificadas a partir da proibição das principais atividades econômicas, como o extrativismo mineral e vegetal. Nesse contexto, o turismo surgiu, sobretudo, como proposta de geração de emprego e renda para comunidades que viviam sob essa difícil condição. Em Capivari, a expectativa gerada pela possibilidade de investimento no turismo deu ânimo e aumentou a autoestima dos moradores, e, de fato, várias ações oriundas do investimento na atividade turística proporcionaram benefícios diretos à comunidade, como já foi relatado. Entretanto, ao mesmo tempo, a própria comunidade, de certa forma, impôs limites à expansão do turismo na localidade. O relativo grau de dependência gerado pelo envolvimento de agentes externos acabou refletindo na falta de mobilização dos moradores na tomada de decisões acerca do modo como a atividade poderia se desenvolver. Por sua vez, essa dependência foi gerada diante da privação de liberdades instrumentais que pudessem contribuir para a promoção da participação da população no contexto do turismo.

Dessa forma, as análises realizadas no presente artigo revelaram que o tão esperado desenvolvimento, promovido por uma atividade turística que levasse em conta a participação da comunidade, ainda está no nível das expectativas. Assim como está, também, a esperada autonomia advinda desse processo, sendo que muito ainda deve ser feito para tornar isto possível. Aos moradores, a ideia do turismo foi apresentada sob um viés predominantemente econômico; ou seja,

embora a forma de turismo tivesse sido apresentada como alternativa ao turismo convencional, na prática, ela apresenta os mesmos encadeamentos promovidos por esse tipo de turismo. E os moradores incorporaram tal visão ao enxergar no turismo uma fonte de renda, sobretudo diante da urgência de se combater as privações econômicas. Assim, a ideia de desenvolvimento que foi incorporada ao discurso do turismo e apresentada à comunidade encontra eco, principalmente, na dimensão econômica do termo.

O quadro de Capivari revelado anteriormente, desenhado com a contribuição das falas dos próprios moradores, mostrou que as fragilidades encontradas no povoado, sobretudo em razão da carência de oportunidades sociais e de outras disposições sociais no âmbito das liberdades instrumentais, não permitem que o turismo atue como um instrumento capaz de promover a autonomia dos indivíduos e, assim, promover o desenvolvimento. Aos moradores não são dadas condições para que se expandam suas liberdades substantivas e instrumentais. Dessa forma, ainda não foram criadas oportunidades para que o investimento na atividade turística seja capaz de contribuir para o processo de desenvolvimento.

Pode-se dizer que o investimento no turismo, sobretudo em um tipo de turismo que se diz “alternativo”, requer antes de tudo que se pensem quais valores e práticas do chamado turismo convencional podem ser questionadas e criticadas. Além disso, deve-se pensar em como essas críticas podem ser superadas. É importante que as ações e propostas que envolvem a atividade turística sejam pensadas criticamente. Investir na prática do turismo solidário implica, de antemão, discutir seus próprios conceitos e requer, ainda, reflexões sobre quais são seus principais objetivos. Essa falta de reflexão acerca do que se está propondo contribui para o insucesso das iniciativas.

Assim, uma vez que o foco na dimensão econômica da relação entre turismo e desenvolvimento já foi colocada em xeque por pesquisadores e estudiosos do tema, ainda que de modo bastante incipiente, uma das tarefas mais urgentes agora consiste em formular alternativas a esse pensamento que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e, por isso, ofereçam um conteúdo específico às propostas de turismo que caminhem numa direção contra-hegemônica. Diante disso, o turismo apenas poderá atuar como uma possível contribuição para a promoção do desenvolvimento se for pensado a partir da valorização dos próprios agentes sociais locais, cujas singularidades devem ser incorporadas às propostas de ações públicas ou privadas que desejam investir nessa atividade e, ainda, se forem dadas condições aos moradores para agir de maneira autônoma e participativa.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Solano de Souza. **O (Eco) Turismo como vetor de mudanças sócio-espaciais: estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras/ Município do Serro/Minas Gerais**. 2006. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BRANT, Chico Silva; MOTA, Gutemberg. **Minas Colonial: Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes, Sabará, Diamantina, Serro, Congonhas do Campo, Mariana, Colégio do Caraça**. 2. ed. Rio de Janeiro: Efece, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 21 jun. 2012.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.59-83.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **PDTIS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n.80, p.109-125, 2005.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, Joaquim Felício. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Maria Ozarina. A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação. **Pensar BH: Política Social**, Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, n.15, p.26-30, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/162/1/A%20trajetoria%20dos%20programas%20de%20transferencia%20de%20renda%20e%20seus%20desafios%20atuais.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, n.1, p.5-19, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento. **Princípios: Revista Teórica, Política e de Informação**, São Paulo: Editora e Livraria Anita, v.35, p.27-33, 1994/1995.
- VARAJÃO, Laura Miranda Borba. **Etnografia do modelo de gestão do “Turismo Solidário” em Capivari – Serro (MG)**. 2009. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009.